**RECURSO N° , DE 2002
(Contra apreciação conclusiva)**

Recorre contra a apreciação conclusiva das comissões permanentes do Projeto de Lei nº 256, de 1991, que "Regulamenta o disposto no inciso III do artigo 221 da Constituição Federal, referente à regionalização da programação artística, cultural e jornalística das emissoras de rádio e TV e dá outras providências"

Senhor Presidente,

Com base nos artigos 58, § 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, apresentamos o presente RECURSO, para que o Plenário desta Casa delibere sobre o Projeto de Lei nº 256, de 1991, que "Regulamenta o disposto no inciso III do artigo 221 da Constituição Federal, referente à regionalização da programação artística, cultural e jornalística das emissoras de rádio e TV e dá outras providências".

JUSTIFICAÇÃO

A Nobre DEPUTADA JANDIRA FEGHALI propôs PROJETO DE LEI, autuado sob o nº 256, de 1991, no intuito de regulamentar "***o disposto no inciso III do artigo 221 da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV***", além de outras providências.

Apresentado em 1991 o referido Projeto de Lei foi arquivado, em fevereiro de 1999, em consonância com o artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Ainda em atenção ao disposto no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o **PROJETO DE LEI Nº 256** foi desarquivado e encaminhado diretamente a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, na qual o Relator designado, **DEPUTADO MARCELO BARBIERI**, apresentou parecer com complementação de voto e emendas, que restou aprovado.

Ao empós, a Presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática remeteu o **PROJETO DE LEI Nº 256** diretamente ao Senado Federal, em evidente afronta ao próprio Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados é cristalino ao asseverar que “***encerrada a discussão do projeto, com emendas, a matéria irá às Comissões que a devam apreciar, observado o que dispõem o art. 193, II, e o parágrafo único do art. 121***”¹.

Portanto, ainda que já tenha sido aprovado anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, o **PROJETO DE LEI Nº 256** tem que necessariamente retornar aquela Comissão, vez que na última votação sofreu modificações, cabendo a CCJ proferir novo parecer.

Ante toda a exposição, é o presente para requerer sua apresentação e provimento por decisão do Plenário da Câmara para, não dispensada a competência da Comissão de Constituição e Justiça para discussão e votação, seja a proposição enviada à Mesa e posterior inclusão na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 2002.

Deputado LUIZ ANTONIO FLEURY
PTB/SP

¹ Artigo 179 do RICD.